

ATA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA DA 1ª REGIÃO-RJ – REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2024

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e quatro, atendendo a convocação feita em conformidade com o Regimento Interno, compareceram os Conselheiros Efetivos Antônio dos Santos Magalhães, Arthur Camara Cardozo, Antônio José Alves Júnior, Fernando D'Angelo Machado, José Antonio Lutterbach Soares, Luis Gustavo Vieira Martins, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascoutto da Rocha e os Conselheiros Suplentes Clician do Couto Oliveira, José Ricardo de Moraes Lopes e Juliana Duffles Donato Moreira. O Presidente Antônio dos Santos Magalhães justificou a ausência do Conselheiro Efetivo Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e, ato contínuo, submeteu à votação o nome do Conselheiro Suplente José Ricardo de Moraes Lopes para substituir o Conselheiro efetivo ausente à sessão. Tendo ele sido eleito, por unanimidade, declarou abertos os trabalhos. **I – ORDEM DO DIA: I.1 – ATA DA 2ª SESSÃO:** Lida e aprovada. **I.2 – RESOLUÇÕES Nº 040 A 050/24 – PROCESSOS DA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO:** O Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes relatou haver analisado todos os processos e, os tendo encontrado de acordo com a legislação vigente, propôs a aprovação das Resoluções. Submetida a votos sua proposta foi aprovada. **I.3 – RESOLUÇÃO Nº 039/2024 – PROCESSOS DA SECRETARIA DE REGISTROS:** O Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes relatou haver analisado todos os processos e, destacou o caso de um economista que pediu remissão de débitos, pois ficou cego, e o número de cancelamentos de registro que somaram 79 em 150 processos. Por fim declarou haver encontrado todos os processos de acordo com a legislação vigente, e propôs a aprovação das Resoluções. Submetida a votos sua proposta foi aprovada. **I.4 – ACÓRDÃO 369/23 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E PARECERES JURÍDICOS:** O Presidente Antônio dos Santos Magalhães apresentou o conteúdo do Acórdão do TCU determinando que os Conselhos Federais e Regionais verifiquem se seus programas de recuperação de créditos não implicam em renúncias fiscais, com anistia de anuidades devidas, sob pena de responsabilização de seus gestores. A origem da decisão do TCU foi a denúncia de alguns médicos contra o Conselho Regional de Medicina de São Paulo, o qual estaria praticando perdão de anuidades em aberto. Além disto, o TCU questionou o fato de que a arrecadação e os valores das renúncias, derivadas do programa do CRM-SP, não constarem de suas previsões orçamentárias. O Secretário Executivo Wellington Leonardo da Silva esclareceu que o CORECON-RJ já está fazendo uma retificação da proposta orçamentária com a devida inclusão dos valores a receber e das deduções, em contas





específicas, e a inexistência de descontos no montante do principal devido por pessoas físicas e jurídicas registradas no Conselho. O Conselheiro Luis Gustavo Vieira Martins reforçou a importância de tomar cuidado ao relatar informações a respeito de assuntos financeiros na administração pública, pois os órgãos de controle têm o hábito de legislar. O Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes destacou ser a principal razão da existência do RECREC, a possibilidade de recebermos alguns valores que não receberíamos sem ele. O Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares informou que o COFECON irá convocar uma reunião para definir se o Programa de Recuperação de Créditos, por ele aprovado, continuará a existir, na medida em que sua Assessoria Jurídica recomendou, em parecer, a suspensão imediata do programa e destacou a suspensão já posta em prática pelo CORECON-SP. Ele ainda esclareceu que o CORECON-RJ poderá escolher entre suspender o programa a partir de amanhã, ou aguardar a definição do COFECON e cumpri-la. Ele vota a favor de aguardar a decisão do COFECON. Os demais Conselheiros concordaram em aguardar a decisão do COFECON. A Conselheira Clician do Couto Oliveira pontuou que só isentamos anuidades no caso em que o profissional seja portador de doença grave não podendo mais exercer a profissão. **I.5 – RELATÓRIO RECREC:** O Presidente apresentou o conteúdo do relatório com os resultados atuais. **I.6 – PARECER SOBRE PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO CONTRA ELENA LANDAU:** O Presidente Antonio dos Santos Magalhães apresentou o parecer elaborado pela Assessoria Jurídica, sobre o processo de fiscalização onde a Sra. Elena Landau se apresentou em diversas situações como economista sem ter o devido registro. Após ponderações de alguns Conselheiros, o Presidente informou que a consultoria jurídica opinou pela suspensão do processo fiscalizatório desde que não haja novos fatos ou evidência quanto à suposta atuação irregular da profissão. A Conselheira Clician do Couto Oliveira informou ter sabido que ela trabalha no IBRE da FGV e solicitou a averiguação do fato e, caso fique comprovado, continuar com o processo. Sua proposta foi aprovada. **I.7 – PEDIDO DE APOIO INSTITUCIONAL PARA EVENTO DO CENTRO CELSO FURTADO:** O Presidente apresentou o pedido de apoio no valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais) para cobrir despesas com passagens, hospedagens, material para divulgação e traslado para os palestrantes do 5º workshop da instituição, que ocorrerá entre os dias 8 e 11 de julho de 2024, em Copacabana, Rio de Janeiro. Em contrapartida haverá um palestrante indicado por nós em uma das mesas. Os Conselheiros Marcelo Pereira Fernandes e José Antonio Lutterbach Soares opinaram favoravelmente pela liberação do apoio. Após avaliação dos demais Conselheiros, o apoio foi aprovado. **II – ASSUNTOS GERAIS: II.1 – INDUSTRIA NAVAL BRASILEIRA:** O Presidente informou ter comparecido a



audiência pública na ALERJ da qual participou um assessor da Petrobrás. Nela, um dos problemas apontados foi o da Petrobrás só contratar, geralmente, navios de bandeira estrangeira, enquanto a Transpetro pode falir, pois só possui 4 navios. A boa notícia é que a Petrobras pretende contratar aos estaleiros do Rio de Janeiro, a construção de 11 navios de apoio e estão em curso outras iniciativas a exemplo de investimentos em infraestrutura para o transporte de gás. Estavam presentes também parlamentares, representantes do setor e de entidades sindicais. A Conselheira Clician do Couto Oliveira informou não ter podido comparecer ao evento por conta de compromisso institucional no IBGE, mas já participou de reunião sobre da Frente realizada no Rio de Janeiro. Foi informada recentemente estarem ocorrendo também movimentações em Brasília objetivando detalhar várias questões. Em relação ao COMPERJ vão instalar uma unidade ligada ao aproveitamento do gás. Destacou, entretanto que não existe retomada dos investimentos da Petrobras e da Transpetro para atender a demanda por plataformas ou navios petroleiros. Outra questão é a especialização da indústria naval do Rio de Janeiro para construção de navios destinados a área petrolífera enquanto se propõe sua conversão dela para produzir navios menores, ainda que intensos em tecnologia, o que não apresentará resultados em curto prazo, ou seja, eles não ocorrerão até 2026. O projeto já existente para o Rio de Janeiro é voltado para a área de oficinas e desmanche de navios. Em sua opinião é preciso continuar pressionando para a realização de investimentos que se traduzam em demanda para a indústria nacional e deveríamos realizar eventos capazes de instar o governo a fazê-lo e divulgar notas do CORECON-RJ sobre a questão da indústria Naval. A atual situação no Rio de Janeiro é de sucateamento do mercado de trabalho e estamos exportando jovens por falta de empregos. O Conselheiro Arthur Camara Cardozo adentou que o Rio tem o segundo PIB do Brasil, entretanto a indústria naval hoje é muito mais complexa do que a existente no passado e estamos muito defasados em relação a outros países. Retomar uma indústria naval depois de perdermos expertise e mão de obra, tendo que competir com estaleiros chineses e coreanos vai ser muito complicado. Isto só será possível com decisão política forte capaz de assimilar inclusive prejuízos durante algum tempo e ela não pode durar só quatro anos. O Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes lembrou já termos tido de 2003 a 2010 iniciativas voltadas ao setor, mas elas foram descontinuadas. Já há planos destinados ao reaquecimento da indústria naval e reestruturação do setor de gás os quais beneficiarão o Rio de Janeiro. O Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares ponderou não ser mais caro construir navios do que deixar quebrar nossas indústrias siderúrgicas e de metalurgia. O Conselheiro Arthur Camara Cardozo registrou não ter defendido a não realização de investimentos no setor, só apontou as dificuldades e o fato de

ser ação de longo prazo. Citou como exemplos o fato de Itaguaí não ter muito efeito multiplicador para a indústria naval e ser a construção de submarinos seu carro chefe. **II.2 – COMISSÃO DE CURSOS:** A Conselheira Clician do Couto Oliveira apresentou os informes destacando estar em andamento o curso preparatório, o qual já contaria com cerca de 36 alunos. Informou que o curso deve ter receita prevista de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) e despesa total com professores de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais). Além disso, há outros projetos de cursos em andamento, tais como intensivo para a prova da ANPEC e para o concurso do BNDES. O Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares perguntou qual o custo do curso, ao que a Conselheira respondeu que há um centro de custos no qual são consideradas despesas para além do custo com professores, já questionado por ela, mas que mesmo considerando esta sistemática o curso atingiu resultado. Lembrou que havia um acordo no passado, segundo o qual o objetivo dos cursos era cobrir os custos com o pagamento de professores. Comunicou também ter sido selecionado novo pequeno aprendiz para a área de comunicação. Confirmou também já ter recebido a proposta do José Carlos de Assis, para realizar eventos com a temática da COP do ano que vem. O Presidente comunicou ter recebido ligação dele e ter pedido na ocasião mais detalhes, os quais ele prometeu encaminhar para análise. Nada mais havendo a tratar, nem quem quisesse fazer uso da palavra, o Presidente deu por encerrada a Sessão às 19h,21 e, para constar, lavrei a presente ata que será assinada pelo Presidente Antônio dos Santos Magalhães e por mim Wellington Leonardo da Silva Secretário “ad hoc” do Plenário.

RESUMO DAS DELIBERAÇÕES:

I – ORDEM DO DIA:


- I.1 – Ata da 2ª Sessão Plenária de 2024: **Aprovada.**
- I.2 – Resoluções nº 040 a 050/24 - Processos da Secretaria de Fiscalização: **Aprovadas.**
- I.3 – Resolução nº 039/24 - Processos da Secretaria de Registros: **Aprovada.**
- I.4 – Acórdão 369/23 do Tribunal de Contas da União e pareceres jurídicos: **Apresentado e alternativas apontadas.**
- I.5 – Relatório RECRE: **Apresentado**
- I.6 – Parecer sobre processo de fiscalização contra Elena Landau: **Apresentado e definido encaminhamento.**
- I.7 – Pedido de Apoio Institucional para evento do Centro Celso Furtado: **Aprovado.**



II – ASSUNTOS GERAIS:

II.1 - Indústria Naval Brasileira: **Informes apresentados e discussão aprofundada.**

II.2 – Comissão de Cursos: **Informes apresentados.**


ANTÔNIO DOS SANTOS MAGALHÃES
Presidente


WELLINGTON LEONARDO DA SILVA
Secretário “Ad Hoc” do Plenário